

**ALEXIS COUTO DE BRITO**

# **EXECUÇÃO PENAL**

**3.<sup>a</sup> edição**  
revista e atualizada

**De acordo com  
a Lei que disciplina  
o uso de perfil genético  
como forma de  
identificação criminal  
(Lei 12.654/2012)**

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

EXECUÇÃO PENAL  
Alexis Couto de Brito

3.ª edição revista e atualizada

1.ª edição *Quartier Latin*: 2006, 2.ª edição: Editora Revista dos Tribunais: 2011



Este livro também pode ser  
adquirido na versão eBook.  
visite: [livrariart.com.br](http://livrariart.com.br)

© desta edição [2013]

0114

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI  
*Diretora responsável*

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)  
e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)  
Tel. 0800-702-2433

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [06-2013]

Fechamento desta edição [21.05.2013]

Universitário complementar



ISBN 978-85-203-4808-6

978203

## SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO— LUIZ FLÁVIO GOMES.....	9
<b>CAPÍTULO I. NATUREZA, OBJETO E OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL.....</b>	<b>23</b>
1. Introdução.....	23
2. Natureza jurídica .....	26
2.1 Jurisdicionalização da execução da pena .....	27
2.2 Ação pública .....	28
2.3 Jurisdição especial .....	29
3. Objeto da execução .....	30
4. Objetivos.....	31
4.1 Fins da pena .....	31
4.2 Fins da execução penal.....	34
5. Jurisprudência selecionada .....	40
<b>CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL.....</b>	<b>43</b>
1. Legalidade .....	43
2. Humanidade .....	44
3. Isonomia .....	45
4. Jurisdicionalidade .....	46
5. Individualização da pena .....	46
6. Intranscendência ou personalidade.....	47
7. Devido processo legal.....	48
8. Estado de inocência .....	49
9. Contraditório e ampla defesa.....	50
10. Jurisprudência selecionada .....	51
<b>CAPÍTULO III. EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>55</b>

CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL .....	59
1. Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal? .....	59
2. Fontes positivas da Execução Penal .....	61
2.1 Constituição Federal .....	61
2.2 Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) .....	61
2.3 Código de Processo Penal .....	61
2.4 Código Penal .....	62
2.5 Regras Mínimas para o tratamento dos presos .....	62
2.6 Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995) .....	63
3. Jurisprudência selecionada .....	63
CAPÍTULO V. SUJEITOS PASSIVOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	65
1. Preso provisório .....	65
2. Condenado.....	65
2.1 Classificação do condenado .....	66
2.2 Exame criminológico .....	67
2.2.1 Origem histórica do exame e análise crítica.....	69
2.2.2 A falta de exigência legal do exame para progressão .....	71
2.3 Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”).....	73
2.3.1 Identificação do perfil genético do condenado.....	80
2.4 Comissões de classificação .....	83
2.4.1 Comissão Técnica de Classificação (CTC) .....	83
2.4.2 Comissão junto ao Juízo da Execução.....	83
2.5 Beneficiário de <i>sursis</i> .....	83
2.6 Libertado condicionalmente.....	84
2.7 Crime político.....	84
2.8 Crime militar .....	84
2.9 Crime eleitoral .....	85
2.10 Crime de competência federal.....	85
3. Submetido à medida de segurança .....	86
4. Prisão civil .....	87
5. Prisão administrativa.....	87
6. Egresso .....	88
7. Estrangeiro .....	88
7.1 Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países	89
8. Indígena .....	90
9. Jurisprudência selecionada .....	90

CAPÍTULO VI. ASSISTÊNCIA AO PRESO .....	95
1. Assistência material .....	95
2. Assistência à saúde .....	98
3. Assistência jurídica.....	100
4. Assistência educacional .....	100
5. Assistência social.....	102
6. Assistência religiosa.....	104
7. Assistência ao egresso .....	105
8. Auxílio-reclusão .....	107
9. Jurisprudência selecionada .....	109
CAPÍTULO VII. TRABALHO .....	111
1. Finalidades .....	111
2. Regras.....	113
3. Remuneração e outros direitos.....	114
4. Remição .....	117
5. Trabalho interno .....	117
6. Trabalho externo.....	118
7. Casos excepcionais .....	120
7.1 Lei das Contravenções Penais.....	120
7.2 Crime político.....	120
7.3 Submetido à medida de segurança .....	120
8. Jurisprudência selecionada .....	121
CAPÍTULO VIII. DEVERES .....	123
CAPÍTULO IX. DIREITOS .....	127
1. Direitos constitucionais fundamentais.....	129
1.1 Quanto à pena .....	129
1.2 Quanto à prisão.....	130
1.3 Quanto ao preso condenado .....	131
2. Direitos das Constituições Estaduais .....	133
3. Direitos da Lei de Execução Penal.....	139
3.1 Proteção da imagem do condenado.....	140
3.2 Lazer.....	140
3.3 Visitas.....	141

3.3.1	Visita virtual.....	143
3.3.2	Visitas íntimas.....	144
3.4	Entrevista pessoal e reservada com advogado .....	147
3.5	Entrevista com o diretor .....	148
4.	Restrição dos direitos .....	149
5.	Direitos retirados .....	149
6.	Direitos suspensos.....	150
6.1	Direitos políticos.....	150
6.2	Direito de dirigir .....	153
7.	Direito de fugir?.....	154
8.	Transporte .....	155
9.	Sigilo de correspondência.....	155
10.	Jurisprudência selecionada .....	158
CAPÍTULO X. DISCIPLINA.....		161
1.	Tipicidade e anterioridade da infração .....	162
2.	Competência disciplinar .....	164
3.	Faltas graves .....	165
4.	Faltas médias e leves .....	168
5.	Sanções.....	169
6.	Uso de algemas .....	171
7.	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) .....	174
7.1	RDD e política criminal .....	180
8.	Recompensas .....	182
9.	Procedimento e aplicação das sanções .....	183
10.	Prescrição da sanção administrativa .....	185
11.	Classificação da conduta carcerária e reabilitação administrativa.....	185
12.	Jurisprudência selecionada .....	186
CAPÍTULO XI. ÓRGÃOS DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL .....		191
1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).....	192
2.	Departamentos penitenciários.....	193
2.1	Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).....	193
2.2	Departamentos penitenciários locais.....	194
3.	Conselho Penitenciário .....	194
4.	Juízo da execução .....	196

4.1	Lei posterior.....	197
4.2	Extinção da punibilidade.....	198
4.3	Soma ou unificação das penas.....	199
4.4	Progressão ou regressão de regime.....	200
4.5	Detração e remição.....	201
4.6	Suspensão condicional da pena ( <i>sursis</i> ).....	202
4.7	Livramento condicional.....	202
4.8	Saídas temporárias.....	202
4.9	Cumprimento, conversão e fiscalização da pena restritiva de direitos....	203
4.10	Medida de segurança.....	203
4.11	Remoção para outra unidade da federação.....	204
4.12	Inspeção e interdição dos estabelecimentos penais.....	205
4.13	Formação do Conselho da Comunidade.....	205
4.14	Atestado de pena a cumprir.....	205
4.15	Incidentes da execução.....	205
4.16	Zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança.....	206
5.	Ministério Público.....	206
6.	Patronato.....	208
7.	Conselho da comunidade.....	209
8.	Defensoria Pública.....	211
CAPÍTULO XII. ESTABELECIMENTOS PENAIS.....		213
1.	Classificação e separação.....	213
2.	Instalações especiais.....	215
3.	Local.....	216
4.	Lotação. Vagas.....	218
5.	Estabelecimentos em espécie.....	219
5.1	Penitenciária (regime fechado).....	220
5.2	Penitenciárias com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	221
5.3	Penitenciárias federais de segurança máxima.....	221
5.4	Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru).....	223
5.5	Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto).....	223
5.6	Casa do Albergado (regime aberto).....	224
5.7	Centro de Observação Criminológica.....	226
5.8	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	226

5.9	Ambulatório .....	227
5.10	Cadeia Pública .....	227
5.11	Centro de Detenção Provisória .....	228
6.	A iniciativa privada .....	228
7.	Jurisprudência selecionada .....	230
<b>CAPÍTULO XIII. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE....</b>		<b>231</b>
1.	“Execução provisória” .....	232
2.	Pena privativa de liberdade .....	235
3.	Guia de recolhimento (carta de guia) .....	236
4.	Liquidação das penas .....	238
5.	Prisão especial .....	239
6.	Regimes.....	241
6.1	Regime fechado.....	244
6.2	Regime semiaberto.....	245
6.3	Regime aberto.....	245
6.4	Regime aberto domiciliar .....	246
6.5	Progressão .....	247
6.6	Regressão .....	254
7.	Remição .....	257
7.1	A remição pelo trabalho.....	258
7.2	A remição pelo estudo .....	260
7.3	Procedimento de declaração da remição .....	261
7.4	Perda dos dias remidos.....	261
8.	Detração.....	263
9.	Autorizações de saída .....	264
9.1	Permissão de saída .....	264
9.2	Saída temporária .....	266
9.3	Perda do direito à saída .....	270
9.4	Recuperação do direito à saída .....	270
10.	Alvará de soltura .....	271
11.	Jurisprudência selecionada .....	271
<b>CAPÍTULO XIV. EXECUÇÃO DA PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....</b>		<b>281</b>
1.	Código Penal .....	283
1.1	Prestação pecuniária .....	283



1.2	Perda de bens e valores .....	285
1.3	Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas .....	285
1.4	Interdição temporária de direitos .....	286
1.5	Limitação de fim de semana.....	289
2.	Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965) .....	290
3.	Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) .....	291
4.	Código de Trânsito (Lei 9.503/1997) .....	291
4.1	Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.....	292
4.2	Multa reparatória .....	292
5.	Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) .....	294
5.1	Prestação pecuniária .....	295
5.2	Prestação de serviços à comunidade.....	295
5.3	Interdição temporária de direito .....	295
5.4	Suspensão de atividades.....	295
5.5	Recolhimento domiciliar.....	295
5.6	Pessoa jurídica.....	296
6.	Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) .....	297
7.	Lei de Falência (Lei 11.101/2005) .....	297
8.	Aplicação e execução .....	298
9.	Suspensão da execução das penas restritivas.....	300
10.	Prescrição .....	300
11.	Jurisprudência selecionada .....	301
CAPÍTULO XV. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA .....		303
1.	Valor .....	304
2.	Pagamento.....	305
3.	Não pagamento .....	306
4.	Suspensão .....	307
5.	Execução .....	307
6.	Prescrição .....	308
7.	Transcendência da pena de multa .....	308
8.	Jurisprudência selecionada .....	308
CAPÍTULO XVI. MEDIDA DE SEGURANÇA.....		311
1.	Aplicação.....	312

2.	Espécies.....	313
3.	Prazo .....	314
4.	Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável .....	315
5.	Execução .....	315
6.	Cessação da periculosidade.....	316
7.	Desinternaç�o ou liberação condicional.....	317
8.	Extinção da medida de segurança .....	318
9.	Tratamento médico da Lei 11.343/2006.....	318
10.	Jurisprudência selecionada .....	318

## CAPÍTULO XVII. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (*SURSIS*) .....

		321
1.	Período de suspensão.....	322
2.	Requisitos.....	323
3.	Concessão.....	324
4.	Crimes hediondos.....	324
5.	Fixação das condições.....	325
6.	Condições em espécie .....	326
6.1	<i>Sursis</i> simples.....	326
6.2	<i>Sursis</i> especial .....	326
6.3	<i>Sursis</i> etário .....	327
6.4	<i>Sursis</i> humanitário.....	327
7.	Registro e averbação .....	327
8.	Perda de eficácia.....	327
9.	Fiscalização.....	328
10.	Revogação .....	329
10.1	Revogação obrigatória .....	329
10.2	Revogação facultativa .....	330
11.	Prorrogação do período de prova .....	331
12.	Extinção .....	332
13.	Jurisprudência selecionada .....	332

## CAPÍTULO XVIII. LIVRAMENTO CONDICIONAL .....

1.	Requisitos.....	336
1.1	Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos .....	336
1.2	Cumprimento mínimo da pena .....	337

1.2.1	Livramento condicional simples ou ordinário.....	337
1.2.2	Livramento condicional especial ou qualificado.....	338
1.2.3	Livramento condicional extraordinário .....	338
1.3	A soma das penas como base de cálculo para o livramento.....	339
1.4	Comportamento satisfatório e bom desempenho no trabalho.....	339
1.5	Aptidão para autossustentância .....	340
1.6	Reparação do dano .....	340
1.7	Presunção de não reincidência .....	341
2.	Gravidade do crime.....	342
3.	Procedimento para a concessão.....	342
4.	Condições .....	345
4.1	Obter ocupação lícita .....	346
4.2	Comunicação periódica da ocupação .....	347
4.3	Prévia autorização para mudança de comarca .....	347
4.4	Autorização para mudança de endereço.....	347
4.5	Recolhimento à habitação em hora fixada .....	348
4.6	Proibição de frequentar determinados lugares .....	348
4.7	Outras condições .....	348
5.	Acompanhamento .....	348
6.	Suspensão.....	349
7.	Revogação .....	350
7.1	Revogação obrigatória .....	350
7.2	Revogação facultativa .....	351
7.3	Cálculo da pena após a revogação.....	351
8.	Interrupção do prazo.....	352
9.	Prorrogação .....	352
10.	Cumprimento da pena em livramento condicional .....	353
11.	Jurisprudência selecionada .....	353
<b>CAPÍTULO XIX. MONITORAMENTO ELETRÔNICO .....</b>		<b>357</b>
1.	Possibilidades técnicas.....	358
2.	O monitoramento como pena.....	359
3.	Regime fechado e monitoramento.....	359
4.	Prisão preventiva e monitoramento .....	360
5.	O monitoramento na Lei de Execução Penal.....	361
6.	Regulamentação estadual .....	362

CAPÍTULO XX. INCIDENTES NA EXECUÇÃO .....	365
1. Conversões .....	366
1.1 Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	366
1.2 Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	367
1.2.1 Prestação de serviços à comunidade.....	368
1.2.2 Limitação de final de semana .....	369
1.2.3 Interdição temporária de direitos .....	370
1.3 Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança .....	370
1.4 Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	372
1.5 Conversão das penas pecuniárias.....	372
2. Excesso ou desvio .....	372
3. Anistia.....	373
4. Indulto .....	375
5. Graça (indulto individual).....	377
6. Comutação da pena .....	379
7. Delação premiada .....	379
8. Remição .....	383
9. RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) .....	383
10. Jurisprudência selecionada .....	383
 CAPÍTULO XXI. PROCEDIMENTO JUDICIAL .....	 387
1. Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal.....	387
2. Código Penal e Lei de Execução Penal.....	388
3. Rito processual .....	389
4. Recursos .....	390
4.1 Agravo em execução .....	390
4.2 Recurso em sentido estrito.....	392
4.3 Carta testemunhável.....	393
4.4 Correição parcial.....	393
4.5 Embargos infringentes.....	393
5. Mandado de segurança.....	393
6. Revisão criminal .....	393
7. <i>Habeas corpus</i> .....	393
8. Jurisprudência selecionada .....	394

CAPÍTULO XXII. REABILITAÇÃO .....	399
1. Natureza.....	399
2. Competência.....	400
3. Objeto e alcance.....	400
4. Requisitos.....	401
5. Procedimento .....	402
6. Revogação .....	404
7. Recursos .....	404
8. Jurisprudência selecionada .....	404
BIBLIOGRAFIA.....	407
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	415